



CAMPUS BINACIONAL DO OIAPOQUE
CURSO LICENCIATURA HISTÓRIA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO II
MODALIDADE: ARTIGO CIENTÍFICO

UN GHO XIMÊ¹: Aspectos do processo de reconhecimento da demarcação da reserva indígena Uaçá

RONI DOS SANTOS²

EVELANNE SAMARA ALVES DA SILVA³

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como intuito apresentar como foco principal aspectos do processo de reconhecimento territorial da área Uaçá, entre os anos 1976 e 1992. E também busca apresentar o âmbito das variadas memórias que esses povos possuem sobre o reconhecimento de seus territórios. Enfatiza-se o que foi vivenciado durante o período da demarcação, ocorrida durante o Regime Militar. Para acessar as memórias sobre o processo de luta pelo território, também me coloco enquanto indígena que acesso minhas próprias memórias e memórias de parentes. Busca-se também contextualizar as políticas indigenistas na região de Oiapoque, em pauta, a regularização das terras indígenas. O trabalho acadêmico também frisa a respeito do interesse econômico sobre as áreas que estavam em processo de reconhecimento. Também é importante destacar as assembleias indígenas em Oiapoque, já que surgiram com esse principal objetivo, garantir o território indígena. Para a pesquisa foram realizados diálogos com indígenas que participaram do processo de demarcação, busca bibliográfica e documental. O artigo propõe a reflexão sobre o contexto da demarcação, detalhes sobre o processo e seu significado para os povos indígenas e vê a luta pelo território indígena como algo do passado e presente.

Palavras-chave. Demarcação de terras indígenas. Povos indígenas do Oiapoque. Território Indígena.

¹ O imenso caminho, na língua Kheuól, falada entre meu povo, os Karipuna.

² Acadêmico do curso de Licenciatura em História, UNIFAP- Campus Binacional Oiapoque, em apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

³ Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Docente da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional Oiapoque, Curso de Licenciatura em História.

Hezum

Sa thavai dji kōklusiō dji kus gāiē kumā ãtēsiō dji phuezāte kumā un met phuīsipal dji kumā kumase hukonetmā dji late ēdjē Uasa, āt anē dji 1976 a 1992. I osi mo sase phuesāte djives kalite konetmā ki sa pov-iela te gāiē suje no late. Mo sase save boku ãfohmasiō suje tā ki ie te ka thavai lasu no late pu demakel, a kisa ki ie viv dehātxi sa tā ki ie te ka demake sa no hezev, sa tā ki ie te ka demake late-la, kuhi dehātxi Hegim Milite. Pahezam pu dekhuvui sa konetmā suje sa tā ki ie te ka bataie pu no late mun sufui boku, mo mem kumā ēdjē gāiē mo phop konetmā i osi lide i konetmā dji uot mun ki a ēdjē, osi ki save ãfohmasiō suje kumā politxik dji ēdjē te fika āvā la hejiō dji Oiapok. Pase lādā papie deha tut jiz ki no late ēdjē demake, suje sa thavai no alun-iela osi ka fe un bō thavai a hespek dji no late kumā ie hukonet li, pu sa no buēzē āphan pu no save ekhi kumā so ixtua kumase djipi phomiē. Osi a dji ghā vale hukonet no ghā kōfehās ēdjē iela dji Oiapok ki deha fet i dji ie sotxi boku koze dji phop ēdjē ki pahxisipe dji sa tā ki ie te ka demake late-la. Osi mo sase uot ãfohmasiō e konetmā lādā papie kote ka pale biē detaie suje sa no late-la, i sa gāiē un ghā siginifike pu no pov ēdjē kumā ie bataie boku pu sa no late ēdjē ki no gāiē demake djipi lōtā juk jodla.

Pahol-lakle: Demake dji late dji ēdjē-iela. Pov ēdjē-iela dji Oiapok. Late dji ēdjē-iela.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito o de mostrar recortes sobre como ocorreu o processo do reconhecimento da reserva Uaçá e a participação dos povos indígenas da região do Oiapoque, incluindo as quatro etnias no processo jurídico e político de reconhecimento de suas terras entre os anos de 1976 a 1992.

A pesquisa está voltada à memória e territorialização e direitos indígenas, são termos fundamentais para as reflexões voltadas à apreensão dos processos históricos e culturais com ênfase no campo da História. Deste modo, os conceitos de território e territorialização como “construção do processo” (Silva, 2020, p. 54), contribuem para o entendimento a um conjunto de práticas, como a presença e participação dos indígenas na contribuição e no reconhecimento de seus territórios, ou seja, as suas reservas que foram demarcadas com intuito à sua proteção. Então, parto⁴ do princípio que os indígenas tiveram presença importante, assim como o Estado. É importante essa visão sobre a presença dos povos de Oiapoque, já que quando se fala em demarcação, é como se, na fala de muitas pessoas, o Estado tivesse dado o direito aos nossos povos, apagando nossa participação nas etapas do processo. Se fala muito do ano de reconhecimento, 1991, sem contar todo o percurso, por isso, é importante contar mais lados dessa História.

⁴ Ao fazer uso da primeira pessoa da Língua Portuguesa, do singular (eu) e do plural (nós), em inúmeros momentos do texto, eu, Roni dos Santos, demarco minha experiência com meu povo e meu olhar sobre os fatos.

Desse modo, as memórias indígenas sobre o reconhecimento de suas terras, o que é chamado por nós de demarcação da terra, é algo que caminha com a participação indígena, como traz Silva (2020). A autora também aponta que, entre outras características, as línguas indígenas também marcam as diferentes práticas indígenas ao longo do processo de reconhecimento dos territórios indígenas, sendo que os indígenas tiveram que se adaptar à linguagem dos técnicos, não falando sua língua materna.

Os povos indígenas Karipuna, Galibi Kalinã, Galibi Marworno e Palikur habitam três reservas no município de Oiapoque, localizadas em uma região de várzeas, savanas e florestas entrecortadas por rios, igarapés e lagos. 67 aldeias são distribuídas nos 518.454 hectares de terra, incluindo as três áreas indígenas. A região é um lugar de grande confluência de povos provenientes da região do norte do país brasileiro e do Sul das Guianas. Estes povos são os primeiros que tiveram contatos diretos e indiretos com os invasores europeus, incluindo espanhóis, franceses, holandeses e portugueses. Desde então, inicia-se a luta e resistência destes povos que se autoproclamaram como descobridores das Américas. Provenientes de outros grupos de sobreviventes de outras etnias que se juntaram ao longo dos séculos como baluartes de resistências que duram até os dias atuais.

Culturalmente, é uma área muito rica, abarcando influências das culturas andinas e dos povos da costa litorânea (Vidal, 2007). Os povos indígenas da região do Oiapoque desenvolveram o seu próprio modo de vida, adaptando-se ao ambiente local. Os quatro povos indígenas compartilham o mesmo ambiente comum, embora cada qual mantenha especificidades que justifique as suas diferenciações entre as quatro etnias distintas (Vidal 2007).

O município de Oiapoque se localiza no extremo norte do Amapá, por sua vez extremo norte do Brasil. Oiapoque possui uma área de aproximadamente 22.625km, e ali se localizam as três terras indígenas com uma área de 518.454 hectares de terra, sendo 6.689 hectares para TI Galibi, 470.164 hectares para a TI Uaçá e 41.601 hectares para TI Juminã. Estas informações, como língua e localização, são dados importantes, que nos ajudam a compreender acerca dos povos indígenas e sobre a participação indígena no reconhecimento dos territórios (Silva, 2020). No entanto, outro fato importante que julgo neste artigo são as impressões trazidas pela minha pessoa, como indígena da etnia Karipuna, pertencente aos “povos indígenas de Oiapoque”, referindo-se esse termo a uma autodesignação no contexto regional.

A expressão “povos indígenas de Oiapoque” vem sendo usada de forma política por parte das lideranças indígenas que representam estes povos, de acordo com Silva (2020), ao citar

Vidal (2007). Há uma situação histórica da região, que de fato inclui a união de povos singulares em suas culturas e abarca diversas designações ao longo do tempo, como afirma Barbosa (2005).

Hoje em dia, elas não só mantêm perante diversas relações e princípios descritos no passado, como apresenta certas particularidades, relativas a interferências de órgãos e políticas assistenciais, ao maior conhecimento e familiaridade com o mundo exterior (tecnologias, economia, monetária e palavra escrita), bem como ao “encapsulamento” das populações em torno de designação étnicas (Barbosa, 2005, p.60)

Hoje é comum nossa autodesignação, que também foi construída para fortalecer a luta em comum entre nós, povos indígenas do Oiapoque. Os caminhos dos estudos de campo, apresentados na presente pesquisa, mostram também parte da minha trajetória como indígena, contribuindo de forma direta para o desenvolvimento e para o resultado dos estudos. Algumas das reflexões apresentadas no âmbito da pesquisa foram condicionadas ao conceito de demarcação e a relação de história indígena e oralidade, conceitos que me identifico como acadêmico e indígena.

Para a pesquisa contei com as narrativas de 4 indígenas, o Senhor Joléo dos Santos, que prestou serviços de cozinheiro e carregador de alimentos na época da demarcação, o Senhor Alirio dos Santos, que era um caçador, que prestou serviços naquele contexto, o Senhor Mario dos Santos, ex-funcionário da FUNAI e o Senhor Ramon dos Santos, filho do Senhor Manoel Primo dos Santos que exercia mandato de vereador em Oiapoque no contexto da demarcação de nossas terras. Esses indígenas participaram diretamente do processo de demarcação de nosso território e se envolveram na causa, como o caso de Ramon dos Santos, que participava junto ao pai nas atividades políticas.

Meu pai, Alirio dos Santos, me ajudou a pensar em quem seriam os entrevistados, portanto considero que para chegar às entrevistas precisei de um grupo de contato (Rosa e Arnoldi, 2008). Conversei então com um grupo próximo de pessoas de idade e obtive relatos de suas memórias que me foram contadas.

Todas as entrevistas foram coletadas na aldeia Espírito Santo, obedecendo ao procedimento ético para pesquisa com seres humanos e autorização para a pesquisa, entre os anos de 2022 a 2023. Ser indígena, dominador da língua indígena *kheuol* Karipuna, facilitou bastante o desenvolvimento dessa pesquisa, proporcionando vários conhecimentos e cuidados para não ferir a ética dos entrevistados. Algumas das reflexões apresentadas aqui também são próprias, por eu ser indígena da etnia Karipuna, o que facilitou bastante na construção da pesquisa por eu ser conhecido nas aldeias, porém ressalto em dizer, encontrei algumas

dificuldades, apesar de falante do dialeto local, devido à diferenciação da língua conforme as épocas.

Não houve resistência sobre a autorização em consultar documentos para a pesquisa, como documento da homologação da reserva Uaçá, que obtive por meio da consulta do acervo pessoal do Cacique Edinho Damasceno Karipuna, a quem também me permitiu ter o prazer de conhecer sobre a trajetória da luta em prol da demarcação, que começou bem antes da data de homologação em 1991.

As entrevistas serviram-me como fontes orais a partir da comunicação com os entrevistados, portanto, essa foi a primeira etapa metodológica da pesquisa. Optei por essa metodologia devido ainda se encontrarem lideranças daquela época na minha aldeia, mas também os filhos dos que não se encontram mais, que herdaram e que mantêm a história viva até hoje. Eu mesmo sou um exemplo, por ser neto de um daqueles líderes indígenas, que foi pioneiro da época das primeiras ações do reconhecimento dos territórios indígenas em Oiapoque.

A primeira etapa da pesquisa começou no dia 21 de junho de 2022, logo nas primeiras conversas e contatos com os entrevistados, percebi algo estranho em relação à abordagem do assunto em questão ao termo “demarcação”, como o alvo da pesquisa era focado ao assunto, tive que fazer algumas modificações nas abordagens em relação ao termo. No meu ponto de vista, percebi que o assunto abordado dentro da aldeia era definido e entendido de acordo com as idades ou épocas de cada pessoa. Percebi que, para as pessoas com idade mais avançada, o termo era bastante vago, ou seja, sem um sentido definido ou detalhado, e para as pessoas mais jovens, este termo é entendido como reivindicação ou limite territorial. Impressão semelhante de inadequação teve a professora Silva (2020), que teve dificuldade com o uso da palavra demarcação, ao fazer sua pesquisa de campo.

Os entrevistados que escolhi relataram que a demarcação se tratava de um imenso caminho, que era necessário fazer a limpeza, a roçagem no mato, derrubar árvores para que as equipes compostas por indígenas e não indígenas pudessem ter acesso a estes limites que foram denominados de demarcação. Tento aliar essa ideia a ideia que também os não indígenas têm e começo a refletir, como demarcação, como todo esse longo caminho que envolve as diversas lutas, até o ano de 1991.

As atividades de campo realizadas para o trabalho aqui apresentado, ocorreram a partir de 21 de junho de 2022 a 13 de setembro de 2023. Neste intervalo de tempo, tive a oportunidade

de ir em vários pontos do território Uaçá, como limite do lago Lençol, km 64 a 102 e no Mangueirinha, que fica perto do Oceano e na divisa com o parque Nacional do Cabo Orange.

Não encontrei resistência por parte dos entrevistados, mas tive que esperar muitas das vezes, porque a maioria das pessoas que eu queria entrevistar trabalha na roça, portanto era preciso eu esperar o término de seus trabalhos. Foi bastante enriquecedor o processo de coleta das falas, tive a oportunidade de ter acesso à vivência dessas pessoas durante o período do processo de reivindicação da demarcação da Terra Indígena Uaçá. Pude registrar a história oral e a memória dos povos que habitam o território Uaçá. Além disso, contribuíram para a pesquisa as análises de Pacheco de Oliveira (1998 a, 1988 b), tendo em pauta os conceitos de território, territorialização, além de suas pesquisas com povos indígenas. A oralidade e a memória em relação à pesquisa são entendidas como um mecanismo de reconstrução de um passado que visa um presente não apenas em memória, mas de fato, que faz parte do nosso presente.

Assinalo aqui a importância que teve para minha pesquisa a tese de doutorado da Professora Meire Adriana da Silva (2020), que considero um grande expoente para falar de demarcação entre nós, povos indígenas do Oiapoque, pois conversou com muitas lideranças indígenas e apresentou uma vasta documentação, demonstrando muitos detalhes sobre o processo que vou apresentar somente alguns aspectos.

Antes de adentrar sobre como ocorreu o processo de reivindicação e demarcação da reserva Uaçá, faz-se necessário uma breve contextualização a respeito da história das três etnias que residem na região Uaçá.

1- ASPECTOS DA CULTURA DOS POVOS GALIBI MARWORNO, PALIKUR E KARIPUNA

1.1 POVO PALIKUR

A palavra palikur aparece pela primeira vez com Vicente Yanez Pizon, em 1513, que define a região do Cabo Norte e a foz do rio Amazonas como “costa palikura”. Porém, nesta região, conforme a tradição oral dos palikus, comprovada em boa parte pelos documentos históricos, se encontravam 18 clãs ou mesmo nações que deram origem ao atual povo palikur. Segundo a historiografia, quatro destas nações migraram do sul da região, devido ao contato com os invasores europeus. Sua história abriga, por volta do século XVII, a guerra travada com os Galibi Marworno, ou seja, o povo que dominava o litoral guianense (IEPÉ, 2025, Mocquet, 1983).

Na região conhecida como TI Uaçá, os Palikur foram abrigados e tiveram que se relacionar com o acultramento dos invasores europeus, no entanto, foram perseguidos, devido à sua resistência, também, segundo esse povo, resistiram à tentativa das missões jesuítas que teve o intuito de reduzi-los. Por volta dos anos de 1900, com a resolução do contestado franco-brasileiro, a população palikura migrou para a Guiana, a margem esquerda do rio Oiapoque, então em meados dos anos de 1914, porém quase todos tinham voltado à região do rio Urucaúá, em decorrência de uma epidemia de sarampo e se concentraram em pequenas aldeias convertidas à religião protestante e que hoje já se encontra uma miscigenação e com a maioria dessa população concentrada na aldeia Kumene (Mocquet, 1983).

1.2 POVO GALIBI MARWORNO

Este povo constituiu-se a partir de várias miscigenações de etnias indígenas da região, principalmente Maraone e Aruã. Descendentes de vários grupos (Santos, 2012), também são derivados dos remanescentes dos refugiados na região do Oiapoque, que em meados do século XVII foram perseguidos também pelos invasores europeus. Estes povos, bem como os Itoutanes, Galibi entre outros, também passaram pelas experiências das missões jesuíticas, já no século XVIII e também pelo fluxo mercantilista do século XIX. Tal população se estabeleceu na região do rio Uaçá, com intuito de reconstruir o seu próprio modo de vida, incluindo a sua organização social, segundo a sua historiografia foram divididos em vários grupos familiares distintos, ocupando o auto Uaçá, incluindo a religião católica e o xamanismo e que hoje também são encontrados em termos místicos. Com a chegada do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), em 1942, iniciou-se ações com o intuito de tutelar este grupo na região.

No caso dos Galibi Marworno, a ação ocorreu no sentido de concentrar estas famílias, até então dispersas, em um único aldeamento, conhecido como Kumarumã, mas que hoje foram derivadas várias outras aldeias menores pela região. Possuem sofisticadas instituições políticas e econômicas e também são falantes do *patoá* e português.

1.3 POVO KARIPUNA

Os Karipunas, aparecem em diversas fontes com o nome de Caripous desde o século XVII, entre outras denominações, Silva (2000), ao referenciar Arnaud (1969), afirma que a vinda das famílias Karipuna para a região do Uaçá ocorreu por causa da chegada de dois grupos, os cabanos fugindo Cabanagem que ocorria no Pará e posteriormente famílias da costa leste de Belém. Silva (2000) pontua que havia uma multiplicidade de grupos, como árabes, crioulos,

índios do Uaçá e Palikur e que hoje tal grupo se identificaram como Karipuna, essa dominação é usada nas duas margens do rio Oiapoque, assim, se reafirma que o nome das etnias mudam ao longo do tempo até se chegar a uma autodefinição de agora.

Os Karipuna possuem uma origem diversa, a professora Meire Silva (2000), ao citar Tassinari (2003), afirma que as dominações que constam nas fontes sobre grupos de nomes semelhantes ao nome Karipuna não necessariamente se remetem aos atuais Karipuna. A autora afirma que o termo Karipuna foi usado, inclusive, como sinônimo de uma língua geral em outros tempos.

Ainda, conforme Tassinari (2003), os Karipuna chegaram à região, mais especificamente, nas proximidades do Rio Curipi, em fins do século XIX, e já se autodenominavam dessa forma. Grupo formado também por famílias de origem indígena e não indígena que se estabeleceram na região durante a primeira metade do século XX, passaram a ser identificadas pela Comissão Rondon e pela população da forma como definimos hoje.

No entanto, há várias narrativas e versões a respeito da historiografia dos Karipuna. Além disso, outras versões falam também que o povo Karipuna se formou a partir de remanescentes de várias populações. O nome Karipuna é citado em relatos de viajantes já no século XVII, como por moradores do Oiapoque (Mocquet, 1983). O nome não é mencionado no século XVIII, mas volta a aparecer em documentos do século XIX, como um grupo reduzido de famílias do baixo Rio Oiapoque e falantes do idioma de tronco Tupi. Estas famílias, remanescentes de povos indígenas da região e outros migrantes da região do salgado paraense, contribuíram para a formação deste povo. No rio Curipi reconstruíram o seu próprio modo de vida e também a sua organização social, ou seja, forjaram a sua identidade como uma etnia.

Eu, como indígena, aprendi que na base da religiosidade do grupo, há as relações com os santos católicos e com os seres sobrenaturais ligados à figura do pajé, denominados Karuãnas. Os Karipuna possuem vários pajés em intensa atividade de curas e dirigem o ritual do Turé. A festa principal dos Karipuna é a do Divino Espírito Santo, realizada em maio na aldeia do Espírito Santo, e também comemoram festas de Santos nas outras aldeias. Entendo que hoje em dia professamos a religião católica, existe também a presença da chamada religião evangélica, em harmonia com as tradições mais antigas.

A população Karipuna atualmente ultrapassa umas 3.000 pessoas concentradas às margens do rio Curipi, principalmente no seu baixo e médio curso. Além de quatro aldeias maiores, a população encontra-se bastante espalhada em grupos familiares menores. Há também quatro pequenas aldeias menores que se formaram ao longo da BR-156, no km 40, no

50, no 60 e 70. Há ainda uma aldeia Karipuna no Rio Oiapoque e outra no igarapé Juminã, onde dividem a reserva com os Galibi-Marworno. Atualmente, os Karipuna são falantes do idioma *kheuol* e do português.

Esses grupos interagiram com outras etnias ao longo do tempo, de dentro e fora dos limites do Brasil, há muitos detalhes sobre eles que não é objetivo do trabalho mostrar, pois cada um tem sua singularidade, mas possuem semelhanças e causas comuns, como foi a demarcação.

2- ASPECTOS SOBRE A DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA

Segundo Oliveira (1998 a), as noções de território e territorialização também serviram para observar e analisar como as ações indígenas acerca do reconhecimento de seus territórios foram sendo transformadas em memórias que não estão só no passado, mas são presentes e vividas.

O que estou aqui chamando de *processo de territorialização*, é justamente, o movimento pelo qual um objeto político- administrativo - nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas”- vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que se relacionam com o meio ambiente e universo religioso) (Oliveira, 1998 a, p. 56, grifo dado pelo autor).

O autor, sobre o sentido da noção de território e territorialização, frisa na reflexão de compreender a ideia de situação política à noção de territorialização, por isso não cabendo o processo em uma única data. O que me fez refletir sobre as noções políticas e a transformação da política indigenista daquela época dos povos indígenas do Uaçá, em prol do reconhecimento da Reserva Uaçá.

Diante as análises dos documentos processuais e decretos lidos para a pesquisa sobre as políticas indigenistas relacionadas ao SPI e a FUNAI, observei que houve vários impactos na política da região norte do Amapá, especialmente no processo do reconhecimento da demarcação do Território Uaçá, reivindicado pela FUNAI e movimento indígena, em meados na década de 1970 e finalizado em 1991. Este processo demarcatório foi uma longa jornada vivida pelos indígenas do Uaçá, um longo processo que durou 15 anos, se contarmos de 1976, ano da primeira assembleia indígena em Oiapoque, que teve o assunto da legalização de nossas terras como o principal. Tal processo foi marcado por momentos bastante significativos, no que tange à história do Brasil, dentre alguns fatos, como o regime político da Ditadura Militar (1964-1985) e a promulgação da Constituição Federal de 1988. O processo também foi marcado

por impactos regionais, como a resistência dos indígenas da região a respeito da pavimentação da BR - 156 e a vigência do Projeto Radam, (Projeto Radar da Amazônia, após 1975, Projeto Radam Brasil), atos que serão analisados logo adiante.

Meire Adriana da Silva (2020) apresenta que os estudos das fronteiras abordados por Pacheco de Oliveira em 2016 trazem que é comum uma generalização ao se falar dos processos de territorialização e reconhecimento do território indígena. No entanto, afirma que as fronteiras da região do Oiapoque e seus Territórios Indígenas são específicos e foram resultados de situações históricas únicas.

Como indígena, entendo o reconhecimento dos territórios de Oiapoque como ocupação de uma região, mas não como um mecanismo apenas de ocupação, mas sim como uma instância política para a época, em favor do reconhecimento dos territórios indígenas. No entanto, o termo fronteira também abarca um sentido de função, de divisão ou limites entre os indígenas e não-indígenas em questão territorial, também um limite entre indígenas e brasileiros (Silva, 2020).

Ao falarmos de fronteiras, ressalto que as populações indígenas brasileiras, em 1950, sofreram uma degradação notória, proveniente do contato de outras sociedades com a população indígena, incluindo os maus tratos por parte do SPI e contaminação por doenças. Fatos que contribuíram na extinção de vários povos da região do Amapá e no Brasil (Silva, 2020). É importante citar que naquela época o Brasil passava pela vigência do Regime Militar, que teve influência para o Estatuto do Índio e contém a ideia de integração (Brito; Bastos; Garcia, 2015), com forte apelo para o econômico, este período foi marcado também pela assinatura de acordos diplomáticos entre Brasil e o EUA.

2.1- A BR 156 E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

Uma estrada que ligaria a capital do Estado do Amapá ao município de Oiapoque (Clevelândia) tinha sido pensada e projetada em meados da década de 1920, porém um dos principais objetivos da pavimentação da estrada era a ideia de povoamento em prol da riqueza nacional, por meio da agricultura. A estrada serviria de um ato político por parte do governo em almejar a interação dos indígenas da região ao território nacional e que contribuía no processo de povoamento da BR 156 (Silva, 2020).

Fica claro que entre os anos de 1974 e 1975, segundo Meire Adriana da Silva (2020), havia a associação entre a criação da reserva Uaçá, a abertura da BR-156 e as possibilidades de atividades econômicas para a região de Oiapoque. Mas somente a partir de 1976 há registro do

envolvimento direto dos indígenas Galibi Marworno, Palikur, Galibi Kalinã e Karipuna quanto a passagem da BR-156 na Área Indígena.

A passagem da BR-156 na reserva indígena, foi algo bastante preocupante para os indígenas da região Uaçá, no entanto, foram realizadas duas assembleias pelos indígenas das etnias Galibi Marworno, Palikur, Galibi Kalinã e Karipuna, com intuito de garantir a demarcação dos seus territórios, se contrapondo aos perigos de invasão com a passagem da estrada. Em 1976, foi realizada a primeira assembleia dos chefes dos povos indígenas da região (Santos, 2018), teve como pauta essa reivindicação da demarcação da reserva Uaçá, com intuito de prevenir a sua reserva em relação à abertura da BR.

Mais tarde ocorreu outra assembleia, em 1979, realizada na minha aldeia, Espírito Santo. Na ocasião, as lideranças indígenas voltaram a tratar o assunto com reivindicações em relação a um possível conflito entre os indígenas e não-indígenas, mas não obtiveram nenhuma resposta, tanto do presidente da FUNAI quanto do governo federal e também do estado.

É possível inferir que os indígenas foram ignorados em suas reivindicações, principalmente em um momento inicial de planejamento da demarcação. Fontes trazidas por Silva (2020) trazem as narrativas que afirmam que a ligação da BR-156 entre a capital Macapá ao município de Oiapoque foi concluída em janeiro de 1971 e já no documento processual que registra a demarcação da Reserva Uaçá, se pontua que a passagem da BR foi concluída em 1980, sendo possível que a primeira data marque a delimitação por dentro da área indígena e que essa última data marque o acordo entre os indígenas, o Governo do Território do Amapá (GTA) e a FUNAI sobre a passagem da estrada por dentro da área indígena. A preocupação dos indígenas em relação à passagem da BR na reserva é que eles temiam a poluição das nascentes dos rios e a escassez das caças (Correia, 2019).

Fiz algumas indagações aos meus entrevistados a respeito da resistência dos indígenas em questão da BR-156 que confirmaram que naquela época, como já citado anteriormente, os indígenas do Uaçá não aceitavam a passagem da BR, os indígenas ameaçaram usar a força para impedir a continuidade da abertura da BR, porém diante da notícia de resistência dos indígenas, o governador do Território Federal do Amapá (TFA), que na época era Aníbal Barcelos, foi pessoalmente em uma das aldeias indígenas, a aldeia Manga, com o intuito de sanar o problema, e se responsabilizou em criar postos de vigilâncias na região, mas seus argumentos não foram suficientes, os indígenas não aceitaram.

Diante a situação de crítica enfrentada pelos indígenas, estes tiveram o apoio do padre Nello Ruffaldi, ou seja, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ato que gerou a tentativa

de expulsão do padre por parte do Governo Federal, ideia apoiada pelo Governo do Estado, sem sucesso, por conta dos contatos do missionário com o judiciário em Oiapoque (Ricardo, 1983, Silva, 2020). Em outra ocasião, houve outra estratégia de convencer os indígenas a aceitar o traçado da BR-156, por meio de uma reunião com as lideranças indígenas, sob o comando do delegado Paulo César Abreu, que exigiu e pressionou os indígenas sobre essa questão (Santos, 2012, Silva, 2020).

Mesmo diante de várias ameaças e opressões por parte do delegado, os indígenas continuaram a resistir, mas houve uma ameaça oficial e legalizada que tange ao Estatuto do Índio, onde consta que pode ocorrer uma intervenção da União por segurança e interesse nacional (Silva, 2020). As lideranças indígenas tiveram de assinar um termo de compromisso junto a FUNAI e GTFA (Governo do Território Federal do Amapá), onde constaria alguns quesitos, dentre eles, que as comunidades permitiriam a implantação da rodovia 156, no trecho de 27 km ao longo da reserva indígena e implantação de dois postos de vigilância ao longo da BR prometido pelo Governo, que deram origem a fundação das aldeias Tukai e Estrela, por volta dos anos de 1980.

Vale ressaltar que o governo prometeu um acréscimo de terra na Reserva Uaçá de 13.200 km abaixo do rio Uaçá e acima do Cassiporé, mas segundo a análise do técnico Davi de Souza Góes, este acréscimo de terra já fazia parte da Área Indígena (Ricardo, 1983). E segundo Ricardo (1983), após a aceitação da BR por dentro da Área Indígena Uaçá, as lideranças tiveram que ficar afastadas de suas comunidades por motivo de descontentamento dos membros das aldeias.

Os membros das comunidades da região Uaçá ficaram bastante insatisfeitos com a aceitação das lideranças em relação a BR, assim se manifestaram através da Revista Mensageiro “não estamos satisfeitos, não aceitamos a passagem da BR na nossa reserva, porque a terra é nossa e precisamos dela para as nossas futuras gerações” (Mensageiro. n.º. 7, 1980, p. 5). Bastos; Brito e Garcia mostram a tensão em torno da passagem da estrada.

O governo, nos anos de 1970, ao traçar a rodovia cortando o território indígena, previa solucionar problemas relacionados ao desenvolvimento social e econômico e a integração da região aos demais municípios do TFA. Para os indígenas essa obra prejudicaria a sua relação com o ambiente, pois a BR – 156 colocaria em risco a manutenção de sua cultura e tradições. (Bastos; Brito; Garcia, 2015, p.166).

Segundo os autores, a discussão sobre a passagem da BR – 156 tem estreita relação com a demarcação de terras para os povos da reserva Uaçá. E afirmam que esses povos têm o

território como definidor de suas práticas sociais na construção identitária. Também, Bastos, Brito e Garcia (2015) enfatizam que a conclusão da BR concretizaria a demarcação, assegurando espaço para o desenvolvimento de suas tradições e subsistências e acrescentam que tais povos possuem uma identidade territorial, sendo o território também sagrado.

No entanto, enfatizo que em várias bibliografias, encontra-se, que a BR traria grandes impactos culturais aos povos indígenas, esses são o lado negativo da rodovia, mas no meu ponto de vista, a BR também poderia trazer avanços, benefícios e desenvolvimento para nós como indígenas, ao buscarmos as contrapartidas com o Estado para fortalecimento da participação do processo político não apenas no estado, mas sim do país e reconhecimento e acesso aos nossos direitos, como mobilidade para a busca de assistência à saúde, ou ensino formal. Reconheço, porém, a preocupação das lideranças, na época, sobre os impactos do ponto negativo em relação à BR, como os perigos de invasões no território, o não cumprimento das compensações e dentre outros atos que ocorreram e ainda ocorrem até os dias atuais.

2.2- O PROJETO RADAM E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO

Vale ressaltar que para o mapeamento do território indígena foi importante o Projeto Radam, criado em 1970, período que também começou a mobilização do movimento indígena no Brasil e no qual o projeto passou a ser chamado Radam Brasil, sendo seu principal objetivo o mapeamento da Amazônia, para a identificação dos recursos naturais. Este projeto teve uma forte influência no tocante ao reconhecimento do território Uaçá, fazendo os primeiros levantamentos em terras a serem demarcadas como áreas indígenas. Isso só foi possível por meio de um convênio conhecido como FUNAI/DNPM/Projeto Radam. A partir deste convênio, entre os anos de 1975 e 1976, segundo alguns relatórios da época, formou-se um grupo de trabalho com a função de fazer os primeiros levantamentos em relação à demarcação (Silva, 2020).

Diante do cenário do Projeto Radam, em prol do desenvolvimento econômico da região, houve a tentativa do processo emancipatório e civilizador (Silva, 2020), ou seja, transformar os indígenas em não-indígenas com o intuito do desenvolvimento da região. Enfatizo que as políticas e movimentos indígenas visam o reconhecimento dos direitos territoriais inscritos na Constituição Federal de 1988. No entanto, a demarcação foi o êxito do movimento indígena, caracterizado pela realização de assembleias, reuniões entre os líderes indígenas na década de 1970, até a homologação da TI (Terra Indígena) em 1991.

2.3- A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO INDÍGENA PARA A DEMARCAÇÃO

Várias bibliografias conceituam momentos do movimento indígena, as histórias de vidas desses povos indígenas em relação aos não-indígenas como um cenário político. Diante dessa visão política entre órgãos ou agentes governamentais, ou não, destaca-se a Igreja Católica. No decorrer do processo demarcatório do Uaçá, houve a aliança política entre os indígenas e o CIMI, o que não era visto como nada agradável diante do Regime Militar.

Foi por meio das assembleias realizadas pelos chefes das comunidades indígenas que os indígenas tiveram mais visibilidade em relação à sociedade. O CIMI foi um dos agentes incentivadores pelas mobilizações em prol da demarcação territorial e das assembleias indígenas de Oiapoque. Em 1975, em uma assembleia nacional, a questão da demarcação do território indígena foi uma das principais pautas. Além disso, o envolvimento dos chefes indígenas de Oiapoque na missão Cururu, que ocorreu no Pará em 1975, contribuiu bastante nesse processo do reconhecimento dos seus territórios (Santos, 2018). A presença do CIMI junto aos povos indígenas do Oiapoque ocorreu por meio do padre Nello que foi um grande incentivador das assembleias indígenas de Oiapoque.

Em meados da década de 1970 e 1980, houve uma forte tensão entre o CIMI e a FUNAI relacionada aos trabalhos realizados (Silva, 2020). Estranhamento que também ocorreu entre os órgãos devido à não demarcação no tempo previsto pelo Estatuto do Índio de 1973, o que fez com que o CIMI fosse defensor em prol dos direitos territoriais dos indígenas.

Na metade da década de 1970, tentaram interromper o trabalho do CIMI com a tentativa da prisão do padre Nello, por entrar nas aldeias indígenas sem a autorização da FUNAI, mas não foi possível, devido à resistência dos indígenas. Após o ocorrido, houve a intervenção da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em argumentos com o ministro do interior, em prol da continuidade do trabalho do padre junto aos indígenas da região do Oiapoque. Tiveram vários episódios de conflitos entre o CIMI e a FUNAI e, em agosto de 1981, foi proibida, pelo delegado Paulo César Silva de Abreu, a entrada do padre Nello e outros envolvidos com a igreja nas áreas indígenas (Silva, 2020). Ainda em dezembro de 1981, o delegado concedeu a autorização da entrada dos missionários padre Nello e a irmã Rebeca nas terras indígenas de Oiapoque.

Também foi um dos incentivadores para as assembleias indígenas o agente indigenista, Frederico de Oliveira, chefe do posto da aldeia Kumarumã, em 1974 e em 1983, que passou a chefiar a Ajaio em Oiapoque (Ajudância do Oiapoque). No contexto, Frederico de Oliveira foi

prejudicado, devido ao seu bom relacionamento com os indígenas, e foi transferido da FUNAI de Oiapoque para o parque do Tumucumaque (Silva, 2020).

Com relação ao chefe do PI Kumarumã, servidor Federico de Miranda Oliveira, têm pessoas no Oiapoque que não gostava dele, visto que ele não permite que ninguém explore os índios, é um trabalhador, é desses de roçar, capina, briga pelo índio, é respeitador dos índios ao extremo[...]. Que se considerem (lideranças indígenas) amigo dele e confiam nele, e que hoje ele não fez nada pra que essa confiança fosse abalada (Azevedo, 1979 b, p.5).

A partir do contato dos três povos indígenas, que se encontram na TI Uaçá, com os agentes externos, como a FUNAI e o CIMI, foi forjada a ideia do reconhecimento de um único território para as três etnias, ou seja, surgiu a ideia de união entre elas. No entanto, a demarcação coletiva do território desses povos não foi uma proposta de todas as etnias da região Uaçá, ressaltando em dizer, como indígena, que houve tensões entre os povos, onde destaco sobre a circulação e exploração dos recursos naturais, como a pesca e a caça. Os três povos da região tiveram vários conflitos internos na década de 1970 (Ricardo, 1983), como referente a circulação nos rios e invasões de pescadores não-indígenas, contrariando o acertado em assembleia de que todos têm direito na reserva inteira, mesmo fora da área da própria aldeia, porém só para comer e não para fazer comércio.

Como dito anteriormente, a forte influência do catolicismo entre os povos da região e da presença evangélica entre os Palikus, mas com a forte ação sugerida pelo CIMI da necessidade de proteção territorial, foi notável para a ideia de união, os povos se reuniram em prol a um único objetivo, o reconhecimento dos territórios dos povos indígenas de Oiapoque. Houve várias narrativas de lideranças indígenas, uns defendiam a demarcação para a sua própria etnia ou povo, mas na assembleia de 1976, meu avô Tangarra, Raimundo Nonato dos Santos, indígena Karipuna, cacique da aldeia Espírito Santo na época, afirmou que nós somos todos povos diferentes, mas a área é uma só e todos somos uma nação.

As assembleias indígenas de Oiapoque são planejadas pelos povos indígenas e lideranças e parcerias para discussão ampla de temas que afetam nossos povos. Existem duas assembleias, a geral e a de avaliação, sendo a geral mais ampla, com muitos convidados de fora, e a de avaliação com um público menor (Forte, 2017).

A assembleia de 1976 é considerada como um marco histórico em prol do reconhecimento territorial, na qual fortaleceu a aliança feita pelos indígenas da região, ou seja, o trabalho coletivo entre os chefes indígenas do Oiapoque. Na minha concepção, como acadêmico e indígena, a partir daquela assembleia os indígenas foram compreendendo aos poucos

o poder público, refletindo que na época a FUNAI não considerava que a reserva era nossa por direito como indígena.

No final da assembleia de 1976, foi enviada uma carta para a FUNAI solicitando a demarcação imediata da Área Uaçá (Correia, 2019). De fato, o receio dos chefes indígenas era que depois da assembleia a FUNAI o rejeitariam. Considero esperada essa possibilidade, pois estávamos no período do Regime Militar. Ao analisar fontes documentais fica notável a repressão aos indígenas e que este ato teria silenciado o movimento indígena na região do Oiapoque, entre os anos de 1977 e 1978 (Silva, 2020), apenas em 1979 que houve registro de uma nova assembleia ocorrida na minha aldeia, a aldeia Espírito Santo.

Entre o intervalo de tempo de 1976 a 1992, a questão do reconhecimento territorial das Áreas Indígenas, como Uaçá, Galibi, Juminã e a pavimentação da BR-156, foram as principais pautas das assembleias indígenas em Oiapoque (Silva, 2020). No decorrer deste processo, além das cobranças ao Governo Federal para que as três Áreas Indígenas fossem reconhecidas e homologadas, também houve a cobrança no processo de demarcação e homologação da Reserva Uaçá, para que fosse reconhecida oficialmente como nossa, ou seja, com a posse de documentos como prova de posse da terra. Em 1983, por meio de recurso da FUNAI, foram realizadas limpezas dos limites da reserva Uaçá, identificação da Área Juminã, plaqueamento da BR e identificação dos limites da Área Uaçá (Oliveira, 1985).

Em uma assembleia Indígena, ocorrida na aldeia Kumarumã, foi discutida a necessidade de os indígenas conseguirem o documento da homologação da reserva Uaçá. Havia duas maneiras de obter este documento, a primeira tratava-se do decreto presidencial, onde se afirmaria que a terra seria da União e apenas o usufruto para os indígenas e a segunda era a posse individual. Conforme leitura da tese de doutorado da Professora Silva (2020), percebi o surgimento do receio por parte dos indígenas em relação à emancipação e que a FUNAI não lhe prestasse assistência e também tinham receio de que fossem considerados não-indígenas e perder o direito à terra. Os indígenas temiam essa possibilidade devido, em 1974, ter sido feito um anteprojeto propondo a emancipação dos índios, um ato feito pelo então ministro do interior Rangel Reis.

Todavia, as lideranças indígenas, junto aos seus povos, não conseguiram chegar a um acordo de como conseguir ou obter o documento desejado, comprovando a homologação da reserva, porém os próprios indígenas chegaram a conclusão que caberia a união entre os povos, deveriam se unir para lutar em prol do documento do território Uaçá. Durante o período do processo de homologação territorial do Uaçá, em decorrência das assembleias realizadas, foram

elaborados documentos reivindicatórios, onde a maioria eram enviados diretamente ao presidente da FUNAI, Frederico de Oliveira, dentre os documentos, a carta de Kumarumã de 09 de 1976. Ou seja, a ideia de união foi construída entre nós e houve sempre o compromisso para o que envolvesse a demarcação de nosso território, como no ato feito por nós da reavivitação.

A reavivitação⁵ era uma prática ocorrida antes do território indígena ter sido homologado, o que era constantemente pautado nas assembleias. A reavivitação da Área Uaçá caracterizava-se na limpeza do local ou preservação da área onde se encontrava os limites e marcos colocados em determinadas fases do processo de demarcação. Essa prática ocorria devido ao longo intervalo de tempo de uma demarcação à outra, e muita das vezes os marcos não eram visíveis. Então esta prática de reavivitação, ou limpeza, permaneceu entre nós indígenas até os dias atuais, tornando-se como tradição. Além das limpezas feitas nos limites, passou a haver também a fiscalização e vigilância, o que é realizado até os dias atuais e se tornou uma prática ativa entre nós indígenas.

⁵ Reavivitação para nós indígenas significa limpeza, preservação e vigilância dos limites das áreas indígenas. A prática é citada pela professora Meire como uma tradição indígena (2020).

Imagem 1 - Marcos colocados em determinadas fases do processo da demarcação da TI Uaçá



Fonte: Roni dos Santos, 2024

Imagem 2 - Limpeza da demarcação da Área Uaçá nos dias atuais



Fonte: Roni dos Santos, 2024

Imagem 3 – Indígenas lanchando durante a limpeza da demarcação da TI Uaçá



Fonte: Roni dos Santos, 2024

Em 1986, os Palikus organizaram uma assembleia na aldeia Kumenê, na qual a pauta principal foi novamente o processo do reconhecimento do território e invasões recorrentes, em julho de 1991 foi feita uma assembleia anual, e mais uma vez a pauta principal era a homologação da Terra Indígena Uaçá (Silva, 2020), onde os indígenas reclamaram da demora da homologação da Área Uaçá, além disso, solicitaram explicações do representante da então SUER (Superintendência Executiva Regional - Administração Regional de Macapá), com o intuito de saber o porquê da demora da homologação. Onde o antropólogo a serviço da FUNAI Antônio Pereira Neto (Silva, 2020) explicou que a homologação era uma decisão de políticas de órgãos superiores (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - SUPERINTENDÊNCIA PARA

ASSUNTOS FUNDIÁRIOS. proc. 1202/83), mas mesmo com todas as explicações os indígenas não se sentiram convencidos, decidiram que as lideranças iriam a Brasília no mesmo ano.

Em outubro de 1991, os indígenas foram até a capital Brasília reivindicar a homologação da Área Uaçá. Como forma de pressão ao governo, os indígenas ameaçaram entrar com uma ação judicial para que fosse concluído o processo (Silva, 2020). Tiveram como resultado, depois de muita reivindicação, a homologação da Área Uaçá, no mesmo ano. A luta dos povos indígenas em prol da demarcação foi se materializando em um processo longo e demorado de 1976 a 1991, foi uma grande luta de reivindicações e ações, devido aos fatos ocorridos. A homologação da TI Uaçá foi comemorada na assembleia de 1992, na aldeia Kumarumã, na qual foi entregue o documento da homologação das três reservas indígenas da região do Oiapoque, sendo eles; TI Uaçá, Juminã e Galibi, essa entrega foi feita pelo então presidente da FUNAI da época, Sidney Possuelo (Silva, 2020).

Imagem 4 - Presidente da FUNAI Sidney Possuelo entregando o documento de homologação da Área Juminã



Fonte: *Faceboock* de Federico Oliveira, imagem de 1992

Imagem 5 - Avelino Carivaldo dos Santos, com o documento da homologação da TI Uaçá nas mãos



Fonte: *Facebook* de Federico Oliveira, imagem de 1992

As figuras acima registram o momento da entrega dos documentos da Homologação às lideranças indígenas, segundo Meire Adriana da Silva (2020), tais momentos trazem consigo uma paisagem política no processo do reconhecimento territorial e a autora lembra que vários indígenas que naquela época estavam presentes nessa assembleia em 1976 dentre outras, não estão mais presentes, mas essas pessoas possuem histórias, lutas que se encontram presentes na memória dos povos da região do Oiapoque.

A própria autora Meire Adriana da Silva (2020, pp. 188, 189) cita que: “essas imagens inquietaram-me a escrever sobre uma outra memória, que é triste, porém natural da nossa existência: a memória da morte. Isso porque vários indígenas que estavam presentes na assembleia de 1976 e em outras assembleias não estão mais presentes fisicamente entre seus povos”. Essa memória da morte, que a autora cita, provoca uma reflexão sobre a importância dos registros da história e da memória, tanto dos indígenas como dos não-indígenas que fizeram parte do reconhecimento dos territórios indígenas de Oiapoque e que estão presentes e vivas não apenas nas memórias, porém fizeram e continuam fazendo parte do nosso presente.

Em meados dos anos 2000, houve a tentativa da ampliação do território Uaçá, devido aos erros cometidos durante a demarcação da Área Uaçá nos anos de 1970. Pois, de fato, as

nascentes dos rios ficaram fora dos limites territoriais. A justificativa era garantir que todas as nascentes dos três principais rios ficassem dentro da reserva indígena, sem ameaça nenhuma (Santa Rosa, 2017).

A Eco 92 foi um dos momentos das articulações políticas do reconhecimento dos territórios indígenas do Oiapoque (Silva, 2020). A Eco 92 foi uma das principais conferências ambientais do planeta, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Seu principal objetivo foi debater o cenário ambiental global, onde se centralizou discussões sobre o conceito do desenvolvimento sustentável, contando com a participação de 179 países, o principal documento gerado na época foi a Agenda-21, uma agenda que trazia conjuntos de metas e estratégias para promover o desenvolvimento sustentável do nosso planeta.

Durante a pesquisa, me deparei com questões bastante relevantes que eu desconhecia como indígena. Pelo que escutei de meu pai, em minha aldeia, o evento trouxe uma desconfiança para meu povo, no que diz respeito à demarcação. Porém, conforme a Constituição de 1988, já tinha sido estabelecido um prazo de cinco anos para que as terras fossem demarcadas, no entanto, este prazo não foi cumprido. No ano de 1992, a FUNAI foi chamada pela coordenação do PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (Mendes, 1999).

Durante este período surgiram os PDA – Projetos Demonstrativos, e PDPI – Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (Silva, 2020). Estes projetos, segundo o governo da época, contribuiriam para que o Brasil fosse visto como um país que colaborava na diminuição da degradação do meio ambiente. Apesar de muitos pensarem que a Reserva Uaçá foi demarcada no contexto de financiamento internacional, muito pelo contrário. Os preparativos para a ECO 92 influenciaram para a homologação da Reserva Uaçá, mas este não foi simplesmente o resultado do evento (Silva, 2020).

Segundo as narrativas das lideranças indígenas daquela época, foi importante a articulação política entre o parlamentar Gilvan Borges (Deputado Federal do Amapá) e o presidente da República Fernando Collor de Melo (Silva, 2020) para a demarcação da área indígena. Conforme Ramon dos Santos, um dos meus entrevistados, em 2023, Gilvan Borges foi pessoalmente à Câmara Municipal de Oiapoque com o intuito de oferecer ajuda. Conta que Gilvan, como deputado, informou às lideranças indígenas que pressionou o Governo Federal para que agilizasse o processo de homologação e que o colocasse em prioridade, com o intuito de ser assinado. O que ocorreu pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Ocorreram,

portanto, inúmeras articulações políticas, impasse em torno e diplomacia em favor da demarcação, o que ultrapassava 15 anos de lutas. De fato, a Reserva Uaçá foi homologada e demarcada em 1991, anteriormente à Eco 92. Porém, houve um longo caminho de luta dos indígenas no processo histórico das reivindicações, desde a década de 1960 até outubro de 1991.

2.4- ASPECTOS SOBRE A RESERVA UAÇÁ E NORMAS PARA SUA LEGALIZAÇÃO

Tratarei de conceituar e apontar algumas características da Reserva Uaçá. A denominação Reserva Uaçá está ligada às ideias e às legislações indígenas próprias, no período das décadas de 1920 a 1974 (Silva, 2020), ou seja, até a década do chamado fortalecimento do movimento indígena de Oiapoque, em prol da demarcação das terras indígenas.

Diante do cenário da luta dos povos indígenas de Oiapoque, é viável destacar as normas de reconhecimento das terras indígenas e a própria presença dos indígenas no processo de identificação territorial. Em virtude dos fatos já mencionados, vale ressaltar que ao longo da existência do SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos trabalhadores Nacionais), foram editadas normas sobre o reconhecimento das terras indígenas, mas que sofreram mudanças no período do SPI e da FUNAI (Bigio, 2007).

Segundo Elias Dos Santos Bigio (2007), o SPILT foi criado em 1910 e o SPI em 1918 para racionalizar a incorporação dos territórios e das populações indígenas à sociedade brasileira. Os decretos iniciais do SPI, visavam à questão de conveniências do governo local, que resultou em acordos entre o Governo Federal, Governo do Território do Amapá (GTFA) e a FUNAI. Diante deste cenário, os indígenas foram ganhando espaço, com direito a fazer parte de acordos e escolhas. Conforme o Decreto N° 9214, de 15 de dezembro de 1911, há as definições sobre a reserva indígena, onde se aponta três relações entre índios e terras, terras ocupadas pelos índios implicando posse, concessão de terras implicando domínio e as terras devolutas, necessárias para povoações indígenas, pertencente a União. Em 1928, um outro decreto foi editado, o de n°5484, que aponta duas categorias de terras aos índios, um território tribal para subsistência e provimento e as reservas indígenas (Silva, 2020).

As categorizações atribuídas aos territórios Indígenas de Oiapoque surgiram do Estatuto do Índio, que em seu Art.27 define reserva indígena como “uma área destinada ao servidor de *habitat* a grupo indígena, com os meios suficiente à sua subsistência”. Portanto, a Reserva Indígena Uaçá já era habitada pelos indígenas da região do Oiapoque, embora a homologação ainda não tivesse ocorrido. Com a criação da FUNAI, se cobrava um plano para a demarcação.

No entanto, desde antes da criação da FUNAI, já se falava desse processo, apenas em 1967 foi definido que as atribuições da FUNAI passariam pela regularização de Terras Indígenas. Houve a emissão de várias portarias referentes aos procedimentos demarcatórios, principalmente durante a década de 1970, e apenas em junho de 1975, mais uma vez por uma portaria 255/N, foi constituída a comissão que trataria da regularização das reservas indígenas (Silva, 2020, Souza Lima, 2005).

O Decreto nº 76.999 de 8 de janeiro de 1976, emitido pelo General Ernesto Geisel de 8 de janeiro de 1976, determinou que a FUNAI ficaria responsável pela demarcação das Terras Indígenas, incluindo para isso a presença de um antropólogo e um engenheiro, para fazerem o reconhecimento das áreas indígenas e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) deveria ser comunicado e prestar informações para a FUNAI, que, por sua vez, no mesmo ano emitiu a portaria 380/N, criando um grupo de trabalho interno. Neste grupo indigenista da FUNAI, caberia ao próprio presidente exercer o controle sobre os trabalhos de identificação das Terras Indígenas (TI) (Silva, 2020).

Além da burocracia do decreto 88.118/83, levando em conta o tecnicismo, relatórios antropológicos dentre outros, o período é considerado bastante crítico, devido à transferência da definição dos Territórios Indígenas da FUNAI a um grupo interministerial, para o então encaminhamento para o presidente da república, percurso que continha conflitos de interesse relativos à atribuição da FUNAI, o que tornou ainda mais demorado o reconhecimento (Silva, 2020).

Durante este longo processo de reconhecimento territorial, contra nós indígenas houve várias tentativas de golpe. Antes da Constituição Federal de 1988, tentaram transformar as áreas indígenas em colônias indígenas, o que foi anunciado pelo então presidente da FUNAI em uma assembleia, que ocorreu na aldeia Manga, o que gerou grandes conflitos, resistências e protestos. Os indígenas na época pressionaram contra essa alteração (Silva, 2020).

Como indígena, observei que as lutas que enfrentamos antes não são muito diferentes das que enfrentamos hoje. Temos que lutar para garantir o que nos pertence por direito, porque já éramos e somos os donos da terra, que é a nossa reserva. Estamos enfrentando diversos obstáculos, e nos últimos anos ocorreram uma série de tentativas de regulamentação da exploração de minérios em terras indígenas. Uma delas foi a PEC 187/2016 (Proposta de Emenda Constitucional) e que depois passou a ser a PEC 343/2017, com uma série de exigências, em que insistiam acrescentar essa PEC à Constituição Federal de 1988, no Art. 231 (Silva, 2020), justo o artigo da Constituição que assegura o direito dos povos indígenas

Há normativas, no entanto, a meu ver, que estiveram e estão de acordo com a luta indígena e precisam ser protegidas, um dos exemplos é o decreto, o de nº 22/91, criado em 4 de fevereiro de 1991, no qual se garantia o direito da participação dos indígenas juntos ao grupo dos técnicos da FUNAI, em todas as fases do processo do reconhecimento dos seus territórios. Observei que essa luta em prol da homologação começou como uma preocupação para os povos indígenas na década de 1960, de acordo com meu pai, Alirio dos Santos, no entanto, nesse momento as reivindicações indígenas não eram ouvidas.

Nós indígenas fomos excluídos, ignorados em relação ao nosso próprio território, referente aos antropólogos e agrimensores, que ao fazerem o mapeamento da reserva a ser demarcada, não nos consultaram. No meu ponto de vista, não tinham conhecimento da realidade, da vivência de nós indígenas, eis o motivo da nossa resistência e luta para podermos discernir os nossos limites territoriais, porém este direito por muito tempo nos foi negado.

Como já teorizado anteriormente, nas décadas de 1970 e 1980 era o auge do Regime Militar, pois ali naquela época o DGPI (Departamento Geral de Patrimônio Indígena) e a FUNAI por ter o diretor Coronel, faziam de tudo para mascarar o processo do reconhecimento territorial dos indígenas. Como prova disso, foram feitos os relatórios pelos integrantes dos GTs (Grupos de Trabalhos), mesmo contra a vontade dos indígenas.

Os primeiros passos para o processo de demarcação que visaram à criação de uma reserva para os Galibi, Palikur e Karipuna na bacia do Uaçá foram dados ainda no tempo do SPI, sob o comando da direção de José Maria da Gama Malcher. O que teria sido elaborado na primeira metade dos anos 60, mas não chegou a ser publicado. Somente em 1976, por ocasião da assembleia indígena realizada em kumarumã (ASSEMBLEIA DOS CHEFES E REPRESENTANTES DOS POVOS INDÍGENAS, 1976), é que a questão começou a ser discutida coletivamente pelas lideranças indígenas da área, alertados pela entrada cada vez mais frequentes de invasores nos seus Territórios. Segundo Tassinari (2003), até recentemente, os invasores chegavam pelos rios, por meio de barcos pesqueiros de Oiapoque, Cassiporé e Vigia, entravam pelo rio Uaçá até a altura do Encruzo e daí passavam para o médio Urucaúá e Uaçá.

Nota-se que, além da percepção da necessidade de reconhecimento do território, afirma-se que a demarcação não é apenas uma divisão ou limite entre índios e brasileiros, mas sim um lugar próprio de identidade, independente de países, uma ideia de pertencimento marcada pela categoria indígena.

Fiz algumas indagações em relação ao referido assunto, em uma narrativa cedida pelo senhor Mario dos Santos, que também exerceu cargo de chefe da FUNAI. Segundo Mario dos

Santos (2023) tem uma parte da reserva Uaçá que não ficou registrada no documento, pois foi a parte que foi doada pelo governador Barcelos na época, com tamanho de 5 km, contendo um posto de fiscalização, com intuito de evitar conflitos e invasões, parte de terra que foi bastante questionada pelos não indígenas, questionamento que ocorre até hoje.

Em entrevista concedida para Silva (2020), Manoel dos Santos afirma que os estudos feitos em prol da demarcação começaram em 1974, mas ele ainda ressaltou que um Major do exército conhecido como Saul, veio fazer o reconhecimento e ele queria que a demarcação passasse a margem do rio Curipi, mas foi bastante questionado pelos caciques e chegaram a um acordo de delimitar a margem do lago Lençol e que devido esses contratemplos, somente no final de 1977 a 1978 deu-se o início da demarcação em si, pois os indígenas começaram fazer a limpeza da demarcação junto aos engenheiros e agrimensores, começaram primeiro a parte do km 18, até a margem do lago Lençol e depois foram a margem da BR 156.

Ressalto que a demarcação da TI (Terra Indígena) é resultado de processo político e de negociação. Como já citado anteriormente, as primeiras ações para a delimitação da Área Uaçá foram feitas pela FUNAI por volta de 1973, mas não foram adiante. Porém, em 1975, como também já citado, por meio de um convênio entre a FUNAI e o Radam se deu início ao trabalho. Esses primeiros passos em prol da demarcação foram sob a vigência do então presidente da República General Artur da Costa e Silva e também sob a influência de um grupo nomeado sob o Regime Militar.

Em vários relatos, se encontra que o SPI tinha intenção de oficializar uma única reserva aos três povos que habitam este território e que o chamaria Vale do Uaçá. Segundo Ricardo (1983), as primeiras ações para a criação de uma única reserva para os três povos ocorreram em 1960, por meio do SPI. No que tange os passos para a criação da reserva Uaçá, foi em junho de 1973, onde o representante da FUNAI em sua sede situada em Belém, o senhor Antônio Augusto Nogueira, encaminhou um documento a FUNAI/Brasília, informando que ficaria responsável em transcrever esta área indígena, ou seja, Área Uaçá, solicitando um limite de 10 quilômetros acima dos rios, e também fornecendo todos os motivos e informações como direito da reserva.

Naquela época, o Ministério do Interior (MINTER) exigia da FUNAI mais informações em relação à Área Uaçá. Na ocasião, a antropóloga Delvais Montagne Melatti, ficou responsável por fazer o levantamento da elaboração de um relatório com informações a respeito dos povos indígenas da região. Porém, em 1974 alegou a FUNAI/Brasília que não teria condições de se deslocar até a Reserva Uaçá para realizar as atividades em decorrente da criação

da área, incluindo levantamentos, limites, descrição geográfica dentre outros, solicitou que este trabalho fosse feito por uma comissão, dentre os servidores da 2º DR e pelos chefes de postos indígenas da região, por meio de questionários que seriam aplicados por eles em cada aldeia FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS. proc. 1202/83, fls.32).

Durante todo esse processo, desde a criação da demarcação da reserva até o seu reconhecimento, ocorreu bastante luta e aconteceram vários conflitos políticos, tanto internos quanto externos. Nessa ocasião, houve várias propostas e acordos entre os indígenas da região do Oiapoque e a FUNAI. Posso dizer que naquela época os meios de como registrar estes dados e momentos não eram tão sofisticados como hoje.

Citarei alguns dos fatos marcantes nas alterações feitas durante o processo de reconhecimento da Reserva Uaçá, por exemplo: os memoriais descritivos, os decretos do presidente da FUNAI para o ministro do Ministério do Interior (MINTER), convênio Funai/Radam, o parecer do GTI 191/88, com acréscimo do lago Lençol, com 5 hectares e dentre outros fatos que ocorreram naquela época. Ressalto em dizer que a participação dos indígenas foi benéfica nas alterações em relação a demarcação da reserva em prol de nós, indígenas.

Por exemplo, se pegamos os memoriais descritivos daquela época, de 1977 até 1991, veremos detalhadamente essas alterações. Houve erros na elaboração da área a ser demarcada feita pela equipe II (convênio Funai: Radam) eles deixaram fora uma parte do lago Maroane e as margens do Rio do Uaçá. Em justificativa o delegado da 2ºDR em seu parecer, ressaltou que a exclusão desses espaços seria prejudicial aos indígenas, e que estas áreas eram de terras baixas, de pouco valor e ele também afirmou que essa faixa de 5 km era alagadiça durante todo o ano, o que dificultaria muito o acesso e colocação dos marcos (Silva, 2020).

A resistência das quatro etnias da região do Oiapoque foi para evitar que o rio ficasse aberto, o que facilitaria a entrada de invasores. A proposta do Major chamado Saul era que os limites entre a terra Indígena e outras propriedades fossem o rio Uaçá, o que foi suficiente para a nossa resistência. Ricardo (1983), diz que a proposta dos indígenas era colocar o limite de 5 km além do Rio Uaçá, até a Ponta Grossa. Para o lado do Rio Curipi, uma linha de 5km deveria pegar as nascentes do Uaçá e o limite leste deveria cortar o lago Maruane pelo meio.

No entanto, quando os agentes da empresa Plantel, iniciaram a demarcação, colocaram todo o lago Maruane dentro da reserva indígena, ignorando o acordo dos indígenas e a população do Cassiporé, e a BR-156 que liga Macapá a Oiapoque foi usada como limite da

demarcação, nota-se que os técnicos não tinham menor conhecimento sobre o modo de vida das etnias e das suas relações ao seu redor.

A inclusão de 5km as margens dos rios e do lago Maruane a ser demarcada foi um dos motivos da demora da demarcação do referido território, o Uaçá. No entanto, devido a tantas questões burocráticas, como já mencionado, somente por volta de 14 de janeiro de 1976, houve manifestações favoráveis à inclusão desse limite de 5km a referida área.

Depois da aceitação do acréscimo de terras nos limites perimetrais da margem dos rios na reserva Uaçá, ainda continuou a luta em prol do território e isso mostra que nós como indígenas passamos a marcar mais presença nas etapas do reconhecimento da nossa Reserva, que foi homologada apenas em 1991.

Como anteriormente já citado, a Funai/Brasília em 1977 contratou a empresa Plantel, responsável para fazer a medição e a demarcação das terras indígenas no Estado do Amapá, no entanto, foram encontrados erros nos trabalhos de elaboração para a Área Uaçá. A empresa era responsável pelos trabalhos de delimitação e demarcação da Área Uaçá em 1977, porém concluíram apenas 50% dos trabalhos, o motivo da dificuldade em realizar o trabalho de campo foi o difícil acesso, pois, a parte leste da região da Área Uaçá é quase toda alagada, motivo que dificultava bastante o trabalho dos funcionários da empresa e da FUNAI (Silva, 2020).

Imagem 6 – Topógrafo da empresa Plantel iniciam a demarcação da Terra Indígena Uaçá em 1977



Fonte: Silva, 2020. Arquivo de Frederico Oliveira, imagem de 1977

Nos anos seguintes, na década de 1980 a Funai/Brasília analisou os relatórios feitos pela Plantel em 1977 e chegaram as seguintes conclusões: realizaram um trabalho partindo de coordenadas desconhecidas e chegando também em ponto de coordenadas não conhecidas, ou seja, sem controle (SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, proc. 0129/89, fl.51).

Na década de 1980, os indígenas da região continuaram a reivindicar a inclusão do lago Lençol e as nascentes dos rios Curipi e Uaçá. Esta fase do processo foi denominada Uaçá II. Com a pressão dos indígenas, a FUNAI enviou outra equipe para retomar os trabalhos em prol a demarcação (Silva, 2020), pois a anexação que nós indígenas exigíamos como nossa por direito, como o lago Lençol e demais área, era uma reivindicação antiga.

Para realizar e dar continuidade no processo de demarcação, a FUNAI enviou o senhor José de Oliveira, topógrafo, e Reinaldo Florindo – engenheiro agrimensor, com o prazo de quinze dias para realizarem o trabalho, isso não foi possível devido à falta de equipamento, mapas da região e que também naquela época, segundo alguns dos entrevistados, nem o topógrafo sabia onde para que lado ficava o lago Lençol. Naquela época a inclusão do lago Lençol causou certas dúvidas a Funai/BSB, eles entendiam que os indígenas reivindicavam uma outra terra, mas, na verdade, a reivindicação tratava apenas à anexação para a Área Uaçá (Silva, 2020).

Nessa fase de inclusão do lago à área, ou seja, a homologação do Uaçá I e da inclusão do Uaçá II, segundo os relatórios de José de Oliveira, o território a ser demarcado não foi finalizado como planejado, devido o despreparo dos técnicos da FUNAI da época e a situação dos modos de vida dos índios, dentre estes fatos se destacava a saúde dos indígenas (Silva, 2020).

Em meados do ano de 1983 a 1984, de acordo com entrevista concedida para Silva (2020), David de Souza Góes (2020), sobre sua atuação junto aos técnicos do INCRA, trouxe que a demarcação da área tinha sido feita errada, pois os indígenas reclamavam que a inclusão do lago Lençol havia sido realizada de forma equivocada, sendo este dividido ao meio, quando deveria ter sido contornado. No entanto, houve mais uma etapa da redemarcação, realizada por técnicos do INCRA, entre 1983 e 1987, que também não se apresentou a finalização.

Vale ressaltar, que o motivo da interferência e a atuação dos técnicos do INCRA nas atividades de demarcação, ocorreu devido à diminuição do recurso da Funai/BSB para a Funai/Oiapoque. Conforme apresenta Meire Adriana da Silva (2020), pelo fato de que outras regiões brasileiras eram prioritárias em relação aos recursos da FUNAI na época, ou seja, essas regiões eram consideradas mais promissoras ou mais viáveis do ponto de vista econômico, em relação à região do norte do Amapá.

Em 1987, técnicos da 2ª DR (Delegacia Regional da FUNAI) avaliaram o trabalho de demarcação na Área Uaçá, ao fazerem essa fiscalização, encontraram várias falhas e erros. No mesmo ano o técnico Antônio Abraão deu continuidade ao trabalho, mas observou que era impossível solucionar erros e entender as normas da FUNAI e segundo o próprio topógrafo Antônio Abraão, por falta de materiais, o trabalho realizado por ele não era satisfatório, por outro lado, os indígenas aceitavam a demarcação já feita (Silva, 2020).

Corroboro com a visão de Silva (2020) de que essa aceitação pode ter ocorrido devido ao cansaço e à consciência de que não seria finalizado o processo conforme a vontade indígena. É certo que entre meus parentes havia a vontade de que o processo fosse logo finalizado, pois os líderes que representavam as 4 etnias da região estavam na luta desde a década de 1970, demarcando e redemarcando as demarcações já realizadas, participando de reuniões, assembleias, indo e vindo de Brasília e assim sucessivamente.

No final da década de 1980, mais uma vez, houve a demarcação da região, devido erros técnicos anteriores. Entre os profissionais da FUNAI estavam o topógrafo Antônio Abraão e os funcionários Frederico Oliveira, Mario dos Santos e Domingos Santa Rosa. Na reunião do GTI (Grupo Interministerial), em agosto de 1988, a área já era considerado terra indígena, no

entanto, foi classificada como colônia indígena Uaçá, devido ao Decreto 94.946/87. O GTI foi questionado pela FUNAI em relação à classificação da Terra Indígena Uaçá enquanto colônia, por não se apresentarem documentos que justificassem essa denominação (Silva, 2020).

Além de tudo, após a aprovação do processo de identificação da Área Uaçá pela GTI e analisado pela DDF (Divisão de Demarcação e Fiscalização) foi constatado erros que extrapolavam os padrões exigidos pela Funai/BSB. Mas após serem reanalisados, se concluiu, que não seria possível fazer a correção em campo, mas se definiu que seria realizada uma correção topográfica, como uma nova demarcação. Em 1989 havia 96 km a ser demarcado, com o tempo necessário para demarcação de 45 a 50 dias. Vieram as dificuldades financeiras, pois não havia recursos, o que foi concedido no final de 1989 (Silva, 2020), e em 19 de dezembro os trabalhos físicos e braçais iniciaram por meio dos técnicos da FUNAI e Indígenas, porém meus entrevistados afirmaram que a época não era propícia e favorável ao trabalho por ser uma época chuvosa, mas houve um bom rendimento em relação aos trabalhos da demarcação.

Conforme as pesquisas realizadas em arquivos e fontes documentais ou oral, se afirma que, devido aos maus tempos e intensas chuvas, em 15 de janeiro do ano seguinte, 1990, os trabalhos foram interrompidos e que no período da época a equipe já havia feito 70 km, restava 35 km a ser demarcado. Porém, com a interrupção e demora na finalização do trabalho da demarcação, a pressão dos indígenas permaneceu, cobrando e exigindo do Governo e da FUNAI a finalização da demarcação.


Com a pressão dos indígenas, o trabalho começou quase na época do inverno. Em outubro de 1990, ocorreu outro problema, desta vez foi a carência de equipamentos, dentre eles o teodolito (instrumento óptico de precisão que mede ângulos horizontais e verticais). O seu uso na demarcação era para medir distâncias, determinar o tamanho da área e realizar levantamentos topográficos e geodésicos (relativo a curvas, ou medida do afastamento entre duas curvas, mas também o marco geodésico indica a latitude, longitude e altitude). O trabalho foi concluído em novembro de 1990, com a redemarcação feita dos 35 km que restavam (Silva, 2020).

As lideranças indígenas junto aos membros das comunidades exigiam constantemente que a homologação fosse realizada rapidamente e afirmavam também que todos os erros foram sanados, porém, no meu ponto de vista, os indígenas se encontravam exaustos.

A demarcação foi finalizada e demarcada com 470.164.0636 hectares, sendo assim a Terra Indígena Uaçá foi homologada conforme o decreto nº 298, de 29 de outubro de 1991.

Texto que não substitui o decreto do Diário Oficial da União, de 30 de outubro de 1991, decreto de nº. 22, que trata do mesmo tema.

Imagem 7 – Decreto da homologação da Área Uaçá. Decreto Nº 298, de 29 de outubro de 1991



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 298, DE 29 DE OUTUBRO DE 1991.

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Uauá, no Estado do Amapá.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 84 da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do artigo 231, da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio FUNAI da Área Indígena Uaçá, localizada no Município de Oiapoque, no Estado do Amapá, com superfície de 470.164,0636ha (quatrocentos e setenta mil, cento e sessenta e quatro hectares, seis ares e trinta e seis centiares) e perímetro de 278.139,44m (duzentos e setenta e oito mil, cento e trinta e nove metros e quarenta e quatro centímetros).

Art. 2º A Área Indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: NORTE: A presente descrição inicia-se no Marco SAT-F-021-AP de coordenadas geográficas 03°43'52,865"N e 51°46'25,074"WGr.; localizado na margem direita da Rodovia BR-156, no sentido de Calçoene para Oiapoque; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 51°53'49,6" e 4.992,75 metros, até o Marco 63 de coordenadas geográficas 03°45'33,308"N e 51°44'17,927"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 335°21,17,8" e 5.254,62 metros, até o Marco 62 de coordenadas geográficas 03°48'08,781"N e 51°45'29,100"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 51°48'40,8" e 1.034,02 metros, até o Marco 71 de coordenadas geográficas 03°48'29,623"N e 51°45'02,768"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 24°11'59,3" e 5.702,65 metros, até o Marco 119 de coordenadas geográficas 03°51'19,081"N e 51°43'47,120"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 63°43'29,3" e 14.848,84 metros, até o Ponto P-2 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'53,495"N e 51°36'35,555"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 59°39'40,8" e 17.733,72 metros, até o Ponto P-1 de coordenadas geográficas aproximadas 03°59'45,540"N e 51°28'19,412"WGr.; localizado na margem esquerda do Rio Uaçá; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 65°13'21,3" e 5.726,86 metros, até o Ponto P-19 de coordenadas geográficas aproximadas 04°01'03,798"N e 51°25'30,821"WGr. Leste: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 154°01'13,2" e 26.252,96 metros, até o Ponto P-18 de coordenadas geográficas aproximadas 03°48'15,357"N e 51°19'17,552"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 124°15'40,4" e 8.348,50 metros, até o Ponto P-17 de coordenadas geográficas aproximadas 03°45'42,363"N e 51°15'33,783"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 173°15'57,7" e 14.500,05 metros, até o Ponto P-16 de coordenadas geográficas aproximadas 03°37'53,391"N e 51°14'38,527"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 130°30'07,5" e 6.312,81 metros, até o Ponto P-15 de coordenadas geográficas aproximadas 03°35'39,897"N e 51°12'02,885"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 184°42'18,9" e 15.853,46 metros, até o Ponto P-14 de coordenadas geográficas aproximadas 03°27'05,300"N e 51°12'44,925"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 195°50'23,6" e 14.550,08 metros, até o Marco 14 de coordenadas geográficas 03°19'29,384"N e 51°14'53,532"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 200°34'51,8" e 4.705,73 metros, até o Marco 3 de coordenadas geográficas 03°17'05,891"N e 51°15'47,103"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 200°34'43,8" e 10.082,22 metros, até o Marco 4 de coordenadas geográficas 03°11'58,447"N e 51°17'41,857"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 222°35'10,7" e 7.663,99 metros, até o Marco 5 de coordenadas geográficas 03°08'54,620"N e 51°20'29,849"WGr. Sul: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 264°15'15,0" e 9.850,29 metros, até o Marco 6 de coordenadas geográficas 03°08'22,384"N e 51°25'47,397"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 264°58'55,0" e 8.255,85 metros, até o Marco SAT-F-020-AP de coordenadas geográficas 03°07'58,746"N e 51°30'13,859"WGr.; localizado na margem esquerda da Rodovia BR-156, no sentido de Calçoene para Oiapoque; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 233°28'22,3 e 3.821,46 metros, até o Marco MT-1 de coordenadas geográficas 03°06'44,619"N e 51°31'53,318"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 233°46'59,3" e 2.188,67 metros, até o Marco 8 de coordenadas geográficas 03°06'02,475"N e 51°32'50,508"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 276°09'15,1" e 1.067,85 metros, até o Marco MT-2 de coordenadas geográficas 03°06'06,186"N e 51°33'24,908"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 276°12'52,7" e 3.531,49 metros, até o Marco 9 de coordenadas geográficas 03°06'18,574"N e 51°35'18,661"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 297°26'08,4" e 5.288,35 metros, até o Marco 10 de coordenadas geográficas 03°07'37,840"N e 51°37'50,776"WGr. Oeste: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 324°18'58,0" e 14.149,79 metros, até o Marco 11 de coordenadas geográficas 03°13'51,962"N e 51°42'18,447"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 234°49'48,3" e 1.625,52 metros, até o Marco 12 de coordenadas geográficas 03°13'21,440"N e 51°43,01,482"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 340°03'27,3" e 16.955,05 metros, até o Marco 2-A de coordenadas geográficas 03°22'00,354"N e 51°46'09,259"WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância de 58°59'36,2" e 5.970,39 metros, até o

Marco MM-5 de coordenadas geográficas 03°23'40,642"N e 51°43'23,500"WGr.; localizado na margem direita da rodovia BR-156, sentido Calçoene para Oiapoque; daí, segue pela referida rodovia, no sentido de Oiapoque, com uma distância de 41.890,02 metros, até o Marco SAT-F-21-AP, inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 1991; 170.º da Independência e 103.º da República.

FERNANDO COLLOR
Jarbas Passarinho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 30.10.1991

Fonte: Arquivo pessoal do Cacique Edinho Damasceno Karipuna.

Este é o documento que decretou a homologação da TI Uaçá, o outro decreto emitido em 30 de 10 de 1991, que não substitui o que consta na imagem anterior, não tive o privilégio de ter acesso.

3- DIÁLOGOS SOBRE A DEMARCAÇÃO

O processo de demarcação é hoje em dia pouco conhecido pelos mais jovens, dessa forma surgiu o interesse pela conversa com pessoas que participaram do processo, para que se estenda aos que não o conhecem. O interesse surgiu também por uma experiência pessoal, pois participo também dos processos de reavivitação que ocorrem no período médio de dois anos, sendo a última que participei em 07 de outubro de 2024. Desde 14 anos participo.

A partir do meu interesse, busquei os entrevistados. As conversas ocorreram na casa dos entrevistados, na aldeia Espirito Santo, exceto a do senhor Mario dos Santos, entrevistado via *WhatsApp*, já que se encontrava na cidade de Oiapoque, no período da pandemia, no qual não podíamos nos deslocar da aldeia, por medida de segurança. O senhor Ramon dos Santos reside na aldeia Santa Izabel, no entanto, foi possível o diálogo na aldeia Espirito Santo, na ocasião de uma visita.

Os entrevistados ficaram livres para os relatos sobre como foi a demarcação e a rotina de trabalhos de demarcação, não sendo algo conduzido como simples entrevista, mas como uma conversa, um diálogo que se desenrolou entre dois polos.

Durante o período da demarcação, posso afirmar que os indígenas foram protagonistas do processo do reconhecimento territorial. “Durante todo o processo, os indígenas estavam presentes, eram agentes de saúde, caçadores, cozinheiros, operadores, carregadores, dentre outros [...] cada um com uma função diferente”, de acordo com entrevista com Joléo dos Santos, que prestou serviço de cozinheiro no processo da demarcação (Joléo dos Santos, 2023).

Conforme a minha pesquisa com todos os entrevistados, naquela época, pessoas de 13 anos já faziam parte do grupo de trabalho no processo de reconhecimento da Área Uaçá, todos os homens eram obrigados a ir para a área de demarcação, o que deveria ocorrer independente de idade e condições mentais ou físicas. Os indígenas passavam meses no mato sem sair, enquanto as equipes da FUNAI saíam e outros entravam.

Ressalto que a demora na demarcação não foi apenas pelos erros feitos, mas pelo difícil acesso, como em área alagada, área montanhosa, doenças na época, como a malária, leishmaniose, disenteria, animais peçonhentos encontrados, incluindo a distância até as áreas,

dificuldades com meios de transporte, acidentes, dentre outros. Tal dificuldade foi enfatizada pelos senhores Alirio dos Santos (2022) e Joléo dos Santos (2023).

Notei que os entrevistados responderam o mesmo sobre o que entendiam sobre demarcação, falaram que se tratava de um longo caminho aberto no mato para que os não indígenas não invadissem e destruíssem caças e florestas.

Os entrevistados apresentaram a ideia de realização de um trabalho de muita importância para os povos indígenas. O senhor Joléo falou que “esse caminho temos que manter ele limpo para provar que queremos se não fizermos isso, eles vão ganhar da gente, vão pensar que a gente não tem interesse”. Seu Joléo se referia ao interesse pela proteção da terra indígena, e podemos inferir que o trabalho realizado foi visto como um ato político de defesa do território.

Meu pai, Alirio dos Santos, fazia parte do grupo de trabalho braçal no processo de demarcação e em nossa conversa afirmou que: “um branco, com o nome de Seu Luiz cortou a perna com motosserra, em vez de ser atendido pelo enfermeiro preferiu usar como remédio caseiro um limo das árvores” e segundo o senhor Alirio, “o Seu Luiz ergueu as mãos pro céu falando, se tinha atorado minha perna eu iria ser aposentado” pela FUNAI e ferido passou dois dias sem trabalhar (Alirio dos Santos, 2022).

Podemos supor que havia receios de ambos os lados, naquela rotina de trabalho juntos, por parte dos técnicos e também dos indígenas, mas com o tempo isso foi superado. Falando em dificuldades, não eram apenas os receios e doenças dentre inúmeros aspectos, mas sim restrições sobre alimentos.

Conforme o senhor Joléo dos Santos (2023), que fez parte da equipe de trabalho no processo do reconhecimento da Reserva Uaçá como cozinheiro e carregador de alimentos, a maior diferença entre os indígenas e os técnicos não indígenas foi em relação à alimentação, já que estes últimos não comiam caça e se restringiam a consumir enlatados.

Joléo disse ainda que um dos “brancos” ficava 14 dias sem comer, o motivo era que ele não comia o tipo de alimento que os indígenas comiam, pois ele tomava um comprimido e um líquido. Seu Joléo me relatou que o “branco” chamou o comprimido de “droga”, e que ele deu para eles também, ele lembra que o comprimido fazia ficar sem fome e sede por vários dias.

Podemos pressupor o quão difícil foi para nós indígenas o processo da demarcação, naquele cotidiano. Mas apesar das dificuldades vividas, posso lhes dizer que, para nós indígenas, é bonito conversar com os membros mais antigos das nossas comunidades e ver nos seus semblantes a memória, o forte traço de orgulho e felicidade em participar do processo da demarcação da própria reserva.

Um fato marcante que ocorreu durante o processo da demarcação, foi a prática da chamada diplomacia apontada em vários trabalhos acadêmicos, ou seja, como termo que significa o processo de negociação e aproximação entre os indígenas e os técnicos da FUNAI, situação que os meus entrevistados reconheceram como de muita importância.

Alguns arquivos, documentos, relatórios e teses afirmam que os técnicos elogiaram e enfatizaram, que sem a presença dos indígenas teria sido impossível concluir a demarcação da Área Uaçá. Todavia, vale lembrar que as dificuldades vieram também devido à comunicação, ou seja, a fala diferente de indígenas e técnicos, no entanto, sei que os indígenas utilizaram a estratégia de falar o português para manter uma boa relação com os técnicos, mas também se expressavam na língua falada entre eles, a meu ver, ato que também faz parte da diplomacia.

O senhor Ramon dos Santos (2023), ao falar do percurso até a demarcação, afirmou sobre a contribuição do Gilvan Borges, acentuou o interesse deste na oferta de ajuda para a conclusão da demarcação, e destacou “porque sem a sua ajuda nós não conseguiríamos o documento da homologação”.

Seu Ramon dos Santos exerce atualmente cargo de vereador de Oiapoque. Falou da dificuldade do processo de demarcação, carecendo de ajuda de políticos e sua articulação, para além da ação unicamente dos indígenas. Disse que “O processo da documentação foi uma luta e tanto, tivemos muitas dificuldades por nós não termos os recursos que temos agora”. Perguntado sobre quais recursos seriam esses, respondeu: “por exemplo (graças) o movimento indígena e as mobilizações em defesa dos nossos direitos”.

O senhor Mario dos Santos (2023), fazia parte do grupo dos funcionários da FUNAI, falou sobre a parte da terra Uaçá que não ficou registrada na demarcação, falou que uma parte ficou fora como uma proteção a reserva, a de 5km, e continuou dizendo que, na época “o governo Barcellos deu pra gente, para evitar invasão bem na divisa do limite territorial com o terreno do senhor José⁶, o que foi feito apenas em palavra, em forma diálogo”, até hoje não consta registro desse limite. Seu José era um fazendeiro que possuía suas terras ao lado do território indígena.

Como observo, houve conflitos, mas também união e diplomacia em todo o processo de demarcação de nossas terras. Também bons laços e relações foram se formando, construídos entre técnicos e indígenas ao longo do processo demarcatório. No que tange também a essa história é a memória, que de fato foi registrada na minha pesquisa, como uma memória

⁶ Preferimos, neste caso, a substituição por um nome fictício, ao buscar obedecer aos procedimentos éticos para a pesquisa.

masculina vivida pelos homens, dando a entender que a presença das mulheres era insignificante ou inexistente, pois eu ressalto em dizer que essa presença existiu, quando iam para contribuir para realização do trabalho da demarcação. Cabendo para outras pesquisas um melhor estudo sobre essa presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meu trabalho de conclusão de curso apresentou-se como um grande desafio, pois procurei construí-lo de forma coerente e compreensiva, pois as fontes de estudos como documentos, arquivos, *sites*, artigos e teses me proporcionaram grandes ajuda na construção da presente pesquisa, além disso, o referido tema da pesquisa é bastante complexo, porém não existem muitas referências ao seu respeito. Nesse sentido, considero a importância do meu trabalho em investigar esse vazio, ou seja, o singular do processo do reconhecimento da Reserva Uaçá, que caminhou junto ao movimento indígena, que se articulou para a demarcação de TI no Estado do Amapá.

Em alguns momentos aqui citados, contextualizei momentos históricos e na pesquisa tracei uma linha de tempo, conforme ocorria o trabalho do processo demarcatório da Reserva Uaçá. Conceituei a trajetória da presença do CIMI no processo de reconhecimento da reserva, a BR-156, a presença dos indígenas no processo e os órgãos governamentais e também os não governamentais em prol da demarcação. Todas as fontes aqui utilizadas contribuíram bastante na construção da pesquisa.

Este artigo visou mostrar a trajetória e um pouco da História dos povos indígenas aqui conceituados e contribuir para os estudos sobre a demarcação dos territórios desses povos. A pesquisa que fiz propiciou refletir sobre as várias visões de mundo a respeito dos povos indígenas e esses caminhos me proporcionaram entender o significado e a importância da história e reconhecimento do território da reserva TI Uaçá. Tive o intuito de fazer um breve resumo a respeito dessa história, no entanto, a mesma é bastante complexa e extensa, mas creio que alcancei o objetivo. Porém, essa participação indígena foi algo difícil de ser construído, o motivo é que ocorreu durante o período do Regime Militar que se estendeu de 1964 a 1985, no qual os movimentos sociais enfrentavam violências.

O resultado buscado aqui por essa pesquisa foi decorrente também dos trabalhos de campo durante o seu desenvolvimento. Ressalto em dizer que o caminho no campo da educação e a minha trajetória no meu curso me fortaleceram, tendo um olhar visando o significado e a

importância da história do reconhecimento do território do meu povo e da minha região TI Uaçá.

A produção acadêmica concluída tem um significado importante para minha vida por eu ser indígena da etnia Karipuna e apresenta uma grande contribuição para pensarmos e levarmos em considerações a bravura das três etnias da região Uaçá e dos indígenas que ficaram à disposição do trabalho de demarcação, segundo as circunstâncias daquela época.

Reitero, com fortes agradecimentos, aos indígenas que colaboraram nos diálogos para a construção do presente trabalho de conclusão de curso, afirmo que ainda muitos parentes podem contribuir em outros trabalhos acadêmicos, pois também vivenciaram o processo de demarcação das nossas terras.

Agradeço a memória de todos os indígenas que ainda se encontram presentes e também aqueles que já partiram, mas que fizeram parte dessa jornada tão importante para a nossa proteção e também espero que este trabalho contribua bastante no processo do ensino e aprendizagem na educação das escolas indígenas. Também sou grato aos familiares que me apoiaram em todas as etapas da minha graduação, em especial à minha mãe e à minha esposa, sempre me motivando e incentivando no decorrer da graduação. Passei por muitos momentos bastante difíceis, como durante a crise da pandemia da COVID 19, o que me desmotivou durante o curso, mas com o apoio que elas me davam, pude concluir o curso e sou meramente grato a essas duas pessoas.

Meus agradecimentos também se externam para a minha orientadora, Evelanne Samara Alves da Silva, que me ajudou nas orientações no trabalho tão árduo de investigação de como ocorreu o processo demarcatório da Terra Indígena Uaçá. Foi um desafio e tanto, mas as dificuldades sempre existem para podermos superá-las, então, desde já, meu muito obrigado a todos que me apoiaram nesta jornada acadêmica.

REFERÊNCIAS

A ESTRADA BR 156 Vai cortar a reserva dos índios: Karipuna, Galibis e Palikur. **Mensageiro**, Belém, 1980.

ARNAUD, Expedito. Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira. *In: O índio e a expansão nacional*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. n 40. Belém, 1969.

ASSEMBLEIA DOS CHEFES E REPRESENTANTES DOS POVOS INDÍGENAS da região do Oiapoque, no Norte do Amapá. Boletim do CIMI, Brasília, n. 32, p. 5-11, out. 1976.

AZEVEDO, Carlos Amaury Mota de. Relatório da 2ª DR – Viagem a região de Oiapoque Belém/PA, 1979b. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sitis/default/filis/documents/0DD00001>. Acesso em 4 de agosto de 2023.

BARBOSA, Gabriel Coutinho. Das trocas de bens. *In: GALLOIS, Dominique*. (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: FAPESP, Ed. Humanitas, p. 59-111, 2005.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da nova República (1967- 1990). *Revista de Estudo de Pesquisas*. Brasília: FUNAI, v.4, 2007.

CORREIA, Francinei Narciso. **“Esta Assembleia é de índio e não de branco, e então só índio tem que estar presente”**: a organização da assembleia Indígena Nacional na Aldeia **Kumarumã no ano de 1883**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena (CLII). Agosto de 2019.

INSTITUTO IEPÉ: Povo Palikur. 2025. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/areas-de-atuacao/povos-e-populacoes/povo-palikur/> .Acesso em 20 de junho de 2025.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia do “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**, v, n. 1, abr., p. 47-77, 1998 a.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de*. (Org.). *Indigenismo e Territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra capa, p. 69 –123, 1998 b.

MENDES, Artur. A demarcação das terras indígenas no âmbito do PPTAL. *In: KASBURG, Carola e GRAMKOW, Márcia Maria*. *Demarcando Terras Indígenas*. Brasília; FUNAI/PPTAL/GTZ 1999.

OLIVEIRA, Frederico de Miranda. **Relatório das atividades da AJAIO – Ajudância do Oiapoque: da importância à ação**. Acervo ISA. Destinatário: Dominique. Oiapoque, 1985. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0DD00019.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro 2023.

RICARDO, Carlos Alberto. Povos Indígenas no Brasil. Amapá/Norte do Pará. V.3. São Paulo: CIDI, 1983.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Karina dos. Aspectos históricos contemporâneos da Terra Indígena Uaçá: As aldeias da BR 156. Oiapoque, Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Amapá, 2012.

SANTOS, Sinésia Forte dos. **As Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque (1976 – 2017)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena (CLII). Universidade Federal do Amapá. Campus Binacional, 2018.

SILVA, Meire Adriana: **GALIBI MARWORNO, PALIKUR, GALIBI KALINÃ E KARIPUNA**: Desmarcando território e territorialização-Oiapoque/AP-Amazonas. Universidade Estadual Paulista. Campus “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 418 f. 2020.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio: notas para o estudo da relação entre antropologia e indigenismo no Brasil, 1968 – 1985. *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; FILHO, Henyo Trindade Barreto (org.). Antropologia e identificação. Os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS. PROCESSO – Minuta de decreto de homologação da Área Indígena Uaçá Funai/BSB/0129/89.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS. PROCESSO – Encaminha à apreciação minuta de exposição de motivos decreto criando a Reserva Uaçá. Identificação e delimitação da Terra Indígena Uaçá. Funai/BSB/1202/83.

TASSINARI, Antonella. **No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. São Paulo: Edusp, 2003.

VIDAL, Lux Boelitz. Povos indígenas do Baixo Oiapoque: O encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. 3.ed. Oiapoque: Iepé, 2007.

VIDAL, Lux Boelitz. **Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver**. 3 ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio e Iepé, 2009.

FONTES ORAIS

SANTOS, Joléo dos. Aldeia Espírito Santo. Entrevistado por Roni dos Santos em 2023.

SANTOS, Alirio dos. Aldeia Espírito Santo. Entrevistado por Roni dos Santos em 2022.

SANTOS, Mário dos. Aldeia Espírito Santo. Entrevistado por Roni dos Santos em 2023.

SANTOS, Ramon dos. Aldeia espírito Santo. Entrevistado por Roni dos Santos em 2023.